

Anexo 9 – Carta ao Parlamento Sobre a Decisão para Exceder o Rendimento Sustentável

Transferência de Fundos a partir do Fundo Petrolífero

O Orçamento do Governo para 2009 propõe um montante de financiamento a partir do Fundo Petrolífero superior aos Rendimentos Sustentáveis Estimados. Este financiamento adicional é necessário para responder a desafios de desenvolvimento existentes e emergentes que se deparam ao Estado. Assim sendo, e de acordo com o Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, a presente carta justifica as razões pelas quais estes fundos adicionais são necessários para o interesse a longo prazo de Timor-Leste e dos seus cidadãos, apresentando igualmente um relatório detalhado sobre o impacto da transferência acrescida nos cálculos dos RSE em anos futuros (Anexo A).

O Governo aceita que é importante garantir que o valor económico dos activos minerais e petrolíferos da nação seja usado em benefício das gerações actuais e futuras. O Governo reconhece a necessidade de manter a gestão do Fundo Petrolífero responsável e prudente, de forma a garantir que as gerações futuras possam também beneficiar dos recursos não renováveis da nação. Ao mesmo tempo, é evidente que há um nível mínimo de investimento necessário com urgência para aliviar a pobreza e criar oportunidades económicas. Grande parte deste investimento diz respeito a capital humano e infra-estruturas físicas.

Tal como o Governo demonstrou em 2008, é possível concretizar tanto a necessidade de investir agora como a necessidade de pôr de lado receitas provenientes de recursos não renováveis para o futuro. Apesar de ter gasto relativamente muito em 2008, os activos do Fundo Petrolífero passaram de cerca de 2 mil milhões de dólares em Dezembro de 2007 para aproximadamente 4 mil milhões de dólares em Dezembro de 2008.

As nossas metas fundamentais continuam as mesmas, nomeadamente:

Pôr de lado receitas suficientes e investi-las de forma sensata, de modo a garantir que as necessidades orçamentais recorrentes do país podem ser satisfeitas eternamente.

Gastar parte destas receitas, mas de uma forma disciplinada e responsável que sirva o interesse nacional, em investimentos tais como infra-estruturas, saúde, desenvolvimento rural, educação e formação. Estes investimentos abrangem infra-estruturas sociais, físicas e económicas que terão retornos económicos em anos futuros.

Grande parte das infra-estruturas da nação foi gravemente danificada em 1999. Nos anos seguintes, os recursos limitados dos parceiros de desenvolvimento e dos Governos anteriores foram usados basicamente para manter serviços essenciais do Governo. O desenvolvimento de infra-estruturas nacionais vitais foi deixado ao sector privado. Todavia, a instabilidade que se seguiu significou que a nação nunca recebeu esse investimento e que as nossas infra-estruturas se continuaram a deteriorar, sendo actualmente um obstáculo significativo ao crescimento económico e à redução da pobreza.

Para lá destes problemas inerentes deparamo-nos igualmente com novas ameaças globais externas que estão também a prejudicar o desenvolvimento nacional. A recessão económica global que afecta actualmente boa parte do mundo significa que não podemos depender do investimento externo para desenvolver a nossa nação. À semelhança de muitos países, teremos de iniciar uma expansão fiscal, o que significa usar fundos do Governo para realizar os investimentos necessários no nosso país.

Não podemos permitir que a nossa economia se contraia, tal como aconteceu com as economias de vizinhos nossos. Caso contrário arriscamo-nos a assistir à recorrência da instabilidade que se deu em 2002, após a partida da UNTAET, bem como em 2006. Precisamos aumentar o investimento no capital social e físico agora. Precisamos

desenvolver rapidamente as nossas instituições e infra-estruturas fundamentais, e para tal iremos precisar de investimento imediato. Não podemos repetir os erros do passado, ao não reagirmos à vasta gama de necessidades sociais, institucionais e económicas do nosso povo. Precisamos investir as receitas dos recursos que pertencem ao povo para benefício da nação. Precisamos fazer isto já, para que possamos continuar o progresso de construção nacional que iniciámos de forma intermitente após a independência.

Precisamos criar as bases para o Timor-Leste descrito na Visão 2020, um país onde todos os cidadãos participem numa economia moderna, em expansão e equitativa, confiantes da sua segurança e do seu futuro. Para concretizarmos a Visão 2020 teremos de investir nos nossos sectores agrícolas e rurais, desenvolver a base de recursos humanos do nosso país, identificar e remover engarrafamentos que limitem o crescimento, e estabelecer sistemas de funcionamento que encorajem a participação do sector privado.

Com a nossa população a crescer rapidamente, a economia de Timor-Leste precisa crescer e crescer de forma rápida, a fim de poder aumentar os rendimentos das pessoas. O Governo estabeleceu como meta uma taxa de crescimento de 8% ou superior para o país ao longo dos próximos 5 anos. O crescimento provém de investimentos e aumentos na produtividade, sendo que hoje o investimento depende muito dos gastos do sector público, financiados a partir das receitas dos recursos naturais. Somente cerca de um quinto do nosso investimento global provém de fontes não governamentais. Isto precisa mudar. Precisamos preparar-nos para um momento em que Timor-Leste já não possa depender de grandes fluxos de receitas a partir do petróleo e do gás natural. Só é possível conseguirmos melhorias sustentáveis no bem-estar do nosso povo se tivermos uma economia cujo crescimento se dê especialmente em sectores que não os recursos naturais e que não seja impulsionada pelos gastos do sector público.

À medida que o Governo trabalha com o intuito de satisfazer as necessidades imediatas dos nossos cidadãos, precisamos continuar e acelerar os nossos esforços para construir as bases que irão permitir o crescimento futuro do país. Precisamos sobretudo estabelecer os pré-requisitos para o crescimento do sector privado não petrolífero. Para lá de um ambiente macroeconómico estável, os elementos básicos deste crescimento são uma força laboral produtiva, infra-estruturas efectivas e um bom ambiente empresarial, incluindo um sector de serviços financeiros funcional e um ambiente regulador efectivo. Dado que grande parte da nossa população é rural, precisamos prestar especial atenção ao desenvolvimento do nosso sector agrícola.

País algum pode ser competitivo em termos internacionais sem as infra-estruturas necessárias para produzir e ter um bom desempenho. As infra-estruturas de Timor-Leste estão entre as mais pobres do mundo. As necessidades do país incluem telecomunicações, electricidade, aeroportos, portos e estradas. A questão não é que infra-estruturas devemos consertar, mas sim que infra-estruturas devemos consertar primeiro.

Em termos de necessidades de infra-estruturas em grande escala, a qualidade e dimensão do nosso sistema de transportes aéreos e dos nossos portos permanecem bem abaixo do necessário para encorajar investidores e turistas a virem para Timor-Leste, assim como para permitir a empresas importar os fornecimentos e equipamentos de que necessitam e exportar os seus produtos. A nossa rede de telecomunicações é fraca e subdesenvolvida.

O estabelecimento de prioridades relativamente a necessidades de infra-estruturas requer a identificação dos condicionalismos mais graves que possam ser removidos mais prontamente. Timor-Leste é uma economia pequena, distante dos principais mercados. Embora não possamos alterar a nossa geografia, podemos mudar a nossa “distância económica” para fornecedores e mercados. Para tal precisamos melhorar as nossas instalações de telecomunicações e transportes, e fazê-lo rapidamente.

Contudo, todas as infra-estruturas planeadas estão dependentes da existência de um fornecimento de energia eléctrica em quantidades muito superiores às que conseguimos actualmente gerar. A falta de acesso a uma fonte fiável de electricidade não só causa muitos transtornos ao nosso povo, como também está a abrandar o crescimento

potencial da nossa economia. É por isto que faz sentido investir agora na geração de electricidade, de modo a garantir que as pessoas conseguem aceder a esta electricidade e melhorar a qualidade das suas vidas – ao mesmo tempo que abrimos o caminho a maiores investimentos.

O investimento na geração de electricidade tem de ser prioritário, uma vez que o acesso fiável a electricidade é um pré-requisito para todos os outros investimentos essenciais mencionados anteriormente.

É por isto que o Governo pretende gastar \$87 milhões do orçamento para 2009 na central eléctrica, bem como comprometer outros \$26 milhões para novas dotações relativamente a requisitos de infra-estruturas vitais, conforme identificados no plano nacional de capital.

Todavia o investimento não acontece apenas em estradas e pontes, abrange também as pessoas. No último ano assumimos um compromisso com o nosso povo em como cada pessoa teria acesso a arroz, a um preço que pudesse pagar. Comprometemo-nos igualmente a resolver a questão dos deslocados internos. Temos tido sucesso em ambos os campos, e pretendemos concluir estes programas em 2009 usando o orçamento para 2009. (\$45 milhões e \$31 milhões, respectivamente).

São estes investimentos essenciais que obrigaram o Governo a exceder o montante dos RSE, tal como determinado pelo Artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero. Demonstrámos porém que estes levantamentos constituem investimentos no futuro a longo prazo de toda a nossa população. Assim sendo mantemos, reconhecemos e acatamos na totalidade os princípios fundamentais do investimento no futuro a longo prazo de todo o nosso povo. Entendemos também que para concretizarmos isto precisaremos investir fortemente a médio prazo nas nossas infra-estruturas base, e que para tal iremos precisar fazer um investimento na nossa nação superior ao nível dos RSE. Contudo, e conforme demonstrámos, isto de forma alguma nos desvia do princípio fundamental de usar a riqueza mineral da nossa nação para investir no futuro a longo prazo de todos os nossos cidadãos, tanto das gerações actuais como das gerações futuras.

Isto irá requerer que os níveis de despesa em 2009 e no futuro excedam os Rendimentos Sustentáveis Estimados, conforme estabelecido no Anexo A.